

S.A. "O ESTADO DE S. PAULO"

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis consolidadas
Em 31 de dezembro de 2018

S.A. "O ESTADO DE S. PAULO"

Demonstrações contábeis consolidadas
Em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Balancos patrimoniais consolidados

Demonstrações do resultado consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente consolidadas

Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa - Método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Aos
Administradores e acionistas da
S.A. "O Estado de S. Paulo"
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas da S.A. "O Estado de S. Paulo" ("Companhia"), identificadas como consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada, da S.A. "O Estado de S. Paulo" em 31 de dezembro de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Estimativa de realização do ativo fiscal diferido

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos registrados pela Companhia, totalizava R\$ 63.957 mil, consolidado, os quais encontram-se divulgados na Nota Explicativa nº 11 às demonstrações contábeis consolidadas, juntamente com a informação de que a Administração da Companhia considera que essa estimativa envolve a necessidade de julgamento contábil crítico em relação ao reconhecimento contábil desses ativos e suas futuras realizações.

Esse item foi considerado como um principal assunto de auditoria, tendo em vista que o processo de estimativa de realização desses tributos é complexo e envolve a utilização de diversas premissas para se estimar o montante e o correspondente ano fiscal no qual os referidos tributos diferidos serão realizados no curso normal das operações. Essas estimativas estão apoiadas na realização de estudos de projeção de rentabilidade futura, preparados pela Administração, os quais incluem previsões de condições futuras de mercado e de negócios, relacionados ao ambiente de negócios em que atua, que possibilitarão a realização desses tributos diferidos nos próximos exercícios.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- A revisão das projeções de rentabilidade futura preparadas pela Administração;
- A consistência das projeções de rentabilidade futura preparadas pela Administração com os dados históricos de estimativas passadas e, também, com as efetivas realizações das mesmas. Adicionalmente, avaliação das premissas e metodologia usadas pela Companhia quando da preparação dessas estimativas de rentabilidade futura;
- Avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre a estimativa de realização dos tributos diferidos incluídas na Nota Explicativa nº 11 às demonstrações contábeis.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados sobre as estimativas de realização dos tributos diferidos mediante disponibilidade de lucros tributáveis futuros, que está razoável com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de realização dos tributos diferidos, assim como as divulgações na Nota Explicativa nº 11, são razoáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Provisão para contingências

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 20, a Companhia é parte envolvida em diversos processos tributários, cíveis e lei de imprensa e trabalhistas que totalizam R\$ 20.240 mil, avaliadas como perda provável. Focamos nesse assunto devido à relevância dos montantes envolvidos, do grau de julgamento envolvido por parte da Administração e seus consultores jurídicos na determinação se uma provisão deve ser registrada, além da complexidade e quantidade de processos nos quais a Companhia está envolvida. Adicionalmente, há o risco de que mudanças na avaliação da probabilidade de perda nos processos tributários não sejam identificadas de forma tempestiva e, conseqüentemente, não sejam refletidas nas demonstrações contábeis.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Analisamos a avaliação da Administração e de seus consultores jurídicos sobre as contingências avaliadas como perda provável.
- Adicionalmente, enviamos cartas de confirmação aos consultores jurídicos externos e comparamos as posições por eles informadas sobre as avaliações da possibilidade de perda destas causas com as posições informadas pela Administração;
- Adicionalmente, avaliamos se as divulgações para as contingências mais significativas foram adequadamente incluídas na nota explicativa anteriormente mencionada.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados sobre as provisões para contingências, consideramos aceitáveis as provisões registradas bem como as divulgações dos passivos contingentes no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis individuais

A Administração da Companhia efetuará a elaboração das demonstrações contábeis individuais separadamente, para fins de adequacidade em relação à exigência do artigo 275 da Lei nº 6.404/76.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de março 2019.

S.A. "O Estado de S.Paulo"
 Balanço patrimonial consolidado
 Em milhares de reais

Ativo	Notas	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017 (Reapresentado)	Passivo e patrimônio líquido	Notas	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017 (Reapresentado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	<u>6</u>	20.418	5.633	Empréstimos e financiamentos	<u>14</u>	17.040	10.147
Contas a receber	<u>8</u>	27.225	38.023	Debêntures	<u>15</u>	19.812	12.768
Estoques	<u>9</u>	16.454	6.788	Fornecedores	<u>16</u>	42.083	37.050
Partes relacionadas	<u>19</u>	1.497	1.818	Obrigações trabalhistas	<u>17</u>	20.969	21.967
Impostos a recuperar	<u>10</u>	6.534	7.123	Contas a pagar e outros		2.561	2.031
Despesas e comissões antecipadas		1.274	1.142	Adiantamentos de clientes	<u>21</u>	22.895	35.665
Outras contas a receber		2.676	6.190	Partes relacionadas	<u>19</u>	29.299	29.279
Ativo mantido para venda		4.100	4.100	Obrigação pós emprego	<u>23(b)</u>	1.174	2.313
		<u>80.178</u>	<u>70.817</u>	Programa de parcelamento fiscal	<u>18</u>	61	61
				Imposto de renda e contrib. social a pagar		3.376	2.849
				Provisão para contingências	<u>20(a)</u>	9.372	10.920
						<u>168.642</u>	<u>165.050</u>
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais	<u>20(d)</u>	27.207	23.669	Empréstimos e financiamentos	<u>14</u>	9.281	14.768
Impostos a recuperar	<u>10</u>	1.547	10.549	Debêntures	<u>15</u>	48.569	43.587
Imposto de renda e contrib. social diferidos	<u>11</u>	63.957	57.090	Provisão para contingências	<u>20(a)</u>	10.868	2.352
Outras contas a receber		-	1.800	Programa de parcelamento fiscal	<u>18</u>	77	127
		<u>92.711</u>	<u>93.108</u>	Obrigação pós emprego	<u>23(b)</u>	14.038	15.877
				Outras provisões e obrigações		3.799	2.553
				Total não circulante		<u>86.632</u>	<u>79.264</u>
				Total do passivo		<u>255.274</u>	<u>244.314</u>
Investimentos		5.667	3.441	Patrimônio Líquido			
Imobilizado	<u>12</u>	29.984	32.191	Capital social	<u>22</u>	24.178	24.178
Intangível	<u>13</u>	13.609	19.043	Prejuízos acumulados		(57.975)	(49.538)
				Outros resultados abrangentes	<u>23(b)</u>	672	(354)
				Total do patrimônio líquido		<u>(33.125)</u>	<u>(25.714)</u>
Total não circulante		<u>141.971</u>	<u>147.783</u>				
Total do ativo		<u>222.149</u>	<u>218.600</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>222.149</u>	<u>218.600</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

S.A. "O Estado de S.Paulo"
 Demonstração do resultado consolidada
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	2018	2017 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	24	378.168	381.353
Custos das vendas e serviços prestados	25	(183.682)	(180.906)
Lucro bruto		<u>194.486</u>	<u>200.447</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Vendas	25	(150.140)	(175.378)
Administrativas	25	(50.041)	(59.599)
Outras receitas operacionais, líquidas	25	3.030	67
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		<u>(2.665)</u>	<u>(34.463)</u>
Receitas financeiras	26	4.831	3.999
Despesas financeiras	26	(15.715)	(15.278)
Variações monetárias e cambiais	26	(967)	(2.571)
Resultado financeiro líquido		<u>(11.851)</u>	<u>(13.850)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(14.516)</u>	<u>(48.313)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	11(a)	(2.087)	(1.045)
Imposto de renda e contribuição social diferido	11(a)	8.166	14.708
Prejuízo do exercício		<u>(8.437)</u>	<u>(34.650)</u>
Atribuível a :			
Acionistas da companhia		(8.437)	(34.527)
Participação dos não controladores		-	(123)
		<u>(8.437)</u>	<u>(34.650)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

S.A. "O Estado de S.Paulo"
 Demonstração do resultado abrangente consolidada
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
 Em milhares de reais

	<u>Notas</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Prejuízo do exercício		<u>(8.437)</u>	<u>(34.650)</u>
Outros resultados abrangentes que não serão reclassificados para o resultado do exercício em exercícios subsequentes:			
Ganho atuarial com benefícios de aposentadoria, líquido de impostos	23(b)	<u>1.026</u>	<u>1.563</u>
Total do resultado abrangente para o exercício, líquido dos efeitos tributários		<u><u>(7.411)</u></u>	<u><u>(33.087)</u></u>
Atribuível a :			
Acionistas da companhia		(7.411)	(32.964)
Participação dos não controladores		<u>-</u>	<u>(123)</u>
		<u><u>(7.411)</u></u>	<u><u>(33.087)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

S.A. "O Estado de S.Paulo"
 Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido
 Em milhares de reais

	Notas	Capital social	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio Líquido
			Reserva legal					
Em 1º de janeiro de 2017, conforme originalmente apresentado	2.2(d)	22.644	5.500	(1.917)	(19.891)	6.336	155	6.491
Ajustes de exercícios anteriores		-	-	-	(620)	(620)	-	(620)
Saldos de abertura ajustados		22.644	5.500	(1.917)	(20.511)	5.716	155	5.871
Prejuízo do exercício		-	-	-	(34.527)	(34.527)	(123)	(34.650)
Ganho atuarial	23(b)	-	-	1.563	-	1.563	-	1.563
Total de resultados abrangentes, líquido de impostos		-	-	1.563	(34.527)	(32.964)	(123)	(33.087)
Aumento de capital		1.534	-	-	-	1.534	-	1.534
Reserva legal		-	(664)	-	664	-	-	-
Outras movimentações de não controladores		-	-	-	-	-	(32)	(32)
Em 31 de dezembro de 2017 (reapresentado)		<u>24.178</u>	<u>4.836</u>	<u>(354)</u>	<u>(54.374)</u>	<u>(25.714)</u>	<u>-</u>	<u>(25.714)</u>
Prejuízo do exercício		-	-	-	(8.437)	(8.437)	-	(8.437)
Ganho atuarial	23(b)	-	-	1.026	-	1.026	-	1.026
Total de resultados abrangentes, líquido de impostos		-	-	1.026	(8.437)	(7.411)	-	(7.411)
Em 31 de dezembro de 2018		<u>24.178</u>	<u>4.836</u>	<u>672</u>	<u>(62.811)</u>	<u>(33.125)</u>	<u>-</u>	<u>(33.125)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

S.A. "O Estado de S.Paulo"
 Demonstração consolidada dos fluxos de caixa - Método indireto
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
 Em milhares de reais

	2018	2017 (Reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(14.516)	(48.313)
Ajustes		
Depreciações e amortizações	13.960	15.046
Juros e variações monetárias de empréstimos, financiamentos e debêntures	10.478	10.865
Variações monetárias de contingências	1.276	405
Variações monetárias do programa de parcelamento fiscal	12	(126)
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	440	3.342
Receitas de permutas	(7.800)	(9.068)
Despesas de permutas	5.718	7.957
Valor residual do ativo imobilizado baixado	2.760	452
Resultado na venda de participação societária	(2.732)	
Participação no resultado de joint venture	2.101	(584)
Provisão para contingências	8.530	4.611
Outras obrigações	1.579	2.249
	36.322	35.149
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	18.158	28.144
Estoques	(9.666)	1.028
Impostos a recuperar	10.026	7.315
Despesas e comissões antecipadas	(132)	(148)
Outras contas a receber	5.443	(6.288)
Partes relacionadas	341	108
Depósitos judiciais	(3.538)	1.569
Fornecedores	(5.545)	(5.553)
Salários e encargos sociais	(998)	(933)
Adiantamentos de clientes	(10.029)	(5.905)
Contingências	(4.219)	(4.273)
Outras contas a pagar	(5.274)	(5.277)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(261)	(970)
	(5.694)	8.817
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	16.112	(4.347)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado e de intangível, inclusive capitalizados	(4.219)	(3.242)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(4.219)	(3.242)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	85.482	9.829
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	(82.528)	(25.300)
Programa de parcelamento fiscal	(62)	(59)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	2.892	(15.530)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	14.785	(23.119)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.633	28.752
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	20.418	5.633

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

1 Contexto operacional

A S.A. "O Estado de S.Paulo" (a "Companhia") e suas controladas, Rádio Eldorado Ltda., OESP Mídia e Transportes S.A. e as controladas em conjunto App Media S.A, São Paulo Distribuição e Logística Ltda. e Genial Corretora de Seguros S.A. (conjuntamente, "o Grupo") atuam em diversos canais de difusão jornalística, multimídias e no provimento de serviços de informações.

A S.A. "O Estado de S.Paulo" foi fundada em 1875, tendo como atividade principal a publicação, a edição e a impressão do jornal "O Estado de S.Paulo", bem como o site estadao.com.br.

A OESP Mídia e Transportes S.A. ("OESP Mídia"), constituída em 1989, tem como atividades a edição musical, a comercialização de discos fonográficos, a arrecadação de direitos autorais, serviços de internet e serviços de transportes.

A Rádio Eldorado Ltda. ("Rádio"), com sede em São Paulo, foi fundada em 30 de abril de 1949, tendo como objeto social a execução de serviços de radiodifusão em geral, sons e imagens (televisão).

A Eldorado Sistema de TV, constituída em 2002, tem como atividade principal a prestação de serviços de televisão aberta. Em 2018 houve a venda da participação societária desta empresa.

A App Media S.A. ("APP"), adquirida em junho de 2015 pela Companhia, tem como objeto social a criação, o planejamento e a produção de serviços de marketing em aparelhos de comunicação móvel.

A São Paulo Distribuição e Logística Ltda. ("SPDL") tem como atividades preponderantes a prestação de serviços de gerenciamento de logística para distribuição de jornais e produtos editoriais em todo o território nacional.

A Genial Corretora de Seguros S.A. ("Genial") adquirida em setembro de 2016 pelo Grupo, tem como objeto social a corretagem de seguros dos ramos vida, seguros corporativos e empresariais, capitalização, planos previdenciários e saúde.

A emissão dessas demonstrações contábeis consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 27 de março de 2019.

1.1 Continuidade operacional

Em função das ações que vêm sendo tomadas pela administração, a Companhia demonstrou melhora significativa em seu resultado apesar de ainda apresentar prejuízos, há projeção de retomada do crescimento no curto e médio prazo com recuperação da rentabilidade dos produtos atuais e também através do desenvolvimento de novos produtos voltados para o mercado digital.

A Administração do Grupo tem realizado todo seu planejamento e ações visando a perenidade de seus negócios, dessa forma avalia que possui condições de disponibilizar todos os recursos para continuidade de suas operações. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional do Grupo e suas controladas, sendo assim as demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas levando em conta esse pressuposto.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 Base de apresentação

Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

A preparação de demonstrações contábeis consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por meio de resoluções por meio do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Consolidação

(a) Demonstrações contábeis consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas:

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retorno de variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade.

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(ii) Controladas em conjunto (joint venture)

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia mantém o compartilhamento do controle, contratualmente estabelecido, sobre suas atividades econômicas e que existe somente quando as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relativas às atividades exigirem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Os investimentos em joint venture são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

(b) Empresas incluídas as demonstrações contábeis consolidadas

As empresas incluídas nessa demonstração contábil estão demonstradas a seguir:

<u>Empresa</u>	<u>Atividade</u>	<u>Domicílio</u>	<u>Participação no consolidado - % (direta e indireta)</u>
S.A. "O Estado de S.Paulo"	Publicação e edição de jornais	Brasil	100
OESP Mídia e Transportes S.A.	Direitos autorais, publicidade e internet	Brasil	100
Rádio Eldorado Ltda.	Serviços de radiodifusão, sons e imagens	Brasil	100
APP Media S.A.	Serviço de marketing em dispositivos móveis	Brasil	45(i)
São Paulo Distribuição e Logística Ltda.	Distribuição	Brasil	50(i)
Genial Corretora de Seguros S.A.	Seguros	Brasil	50(i)

(i) Contabilizado pelo método da equivalência patrimonial.

(c) **Novas normas**, alterações e interpretações

A Companhia analisou os novos pronunciamentos contábeis e concluiu que não há efeitos para serem divulgados antecipadamente nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018.

(i) Em vigor para exercícios iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2018:

- CPC 47 - Receita de contrato com cliente. O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substitui o CPC 30 - Receitas e interpretações relacionadas. A Companhia adotou o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, no entanto essa adoção não gerou qualquer alteração nos montantes anteriormente reconhecidos como receita, dado a não relevância da alteração da norma para a Companhia.
- CPC 48 - Instrumentos financeiros. O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Em relação a classificação e mensuração de Ativos e Passivos financeiros, o CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros, no entanto ele elimina as seguintes categorias do CPC 38 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A Administração avaliou as alterações introduzidas pela norma e concluiu que sua adoção não trará impactos para a Companhia, principalmente em relação à mensuração dos instrumentos financeiros quando comparado com os princípios do CPC 38.

(ii) Em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

- IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamento mercantil - Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente. A avaliação da Companhia dos impactos da nova norma está em andamento;
- Emissão da interpretação IFRIC 23 - Incertezas no tratamento de impostos sobre a renda. Estabelece aspectos de reconhecimento e mensuração da norma IAS 12 quando existir incertezas sobre o tratamento do imposto de renda relacionados a impostos ativos ou passivos e correntes ou diferidos, baseados em lucros tributáveis, prejuízos fiscais, bases tributáveis, perdas fiscais não utilizadas, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais. Esta interpretação é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2019. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis;

- Alteração da norma IAS 19 - Alterações no plano em casos de redução ou liquidação. Esclarece aspectos de mensuração e reconhecimento no resultado de efeitos de reduções e liquidações em planos de benefícios a empregados. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2019. A Companhia não espera impactos em possíveis eventos futuros de reduções e liquidações em planos de benefícios a empregados;

- Alteração da norma IFRS 3 - Definição de negócio. Esclarece aspectos para a definição de negócio, de forma a esclarecer quando uma transação deve ter tratamento contábil de combinação de negócios ou aquisição de ativos. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2020. A Companhia não espera impactos significativos em possíveis eventos futuros de combinações de negócios ou aquisição de ativos;

- Alteração das normas IAS 1 e IAS 8 - Definição de materialidade. Esclarece aspectos de materialidade para o enquadramento da norma contábil onde este conceito é aplicável. Estas alterações de normas são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2020. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

(d) Reapresentação de saldos comparativos

A identificação de ajustes de exercícios anteriores impactaram as demonstrações contábeis, requerendo a reapresentação de saldos.

Em 2018, a Administração revisou os critérios contábeis dos depósitos judiciais e identificou ajustes de exercícios anteriores. O efeito negativo líquido é de R\$ 2.121 nas rubricas de provisão para contingências e imposto de renda e contribuição social diferidos.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Ativos e passivos financeiros

2.4.1 Instrumentos financeiros - Classificação

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros em basicamente duas categorias: ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e pelo custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos.

A Administração determina a classificação de seus ativos e passivos financeiros no reconhecimento inicial, conforme demonstramos a seguir:

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos desta categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em resultado financeiro no período em que ocorrem.

b) Ativos e passivos financeiros pelo custo amortizado

Incluem-se nesta categoria os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos e passivos financeiros pelo custo amortizado da Companhia compreendem as contas a receber de clientes e demais contas a receber. Os ativos e passivos financeiros são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os passivos financeiros são mensurados pelo método do custo amortizado. A opção da Companhia de classificar um passivo pelo valor justo somente pode ser realizada quando atender as definições de passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado e, conseqüentemente, proporcione informação contábil mais relevante a respeito da posição patrimonial e financeira da Companhia. Uma vez adotada a opção de mensurar os passivos pelo valor justo, a Companhia deve adotá-la de forma consistente, não podendo retornar ao método do custo amortizado.

2.4.2 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.3 Impairment de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- . dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- . uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- . a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- . torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira.

O montante da perda por impairment é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.5 Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de publicidade de anúncios, vendas de jornais em bancas, venda de assinaturas e serviços de internet no decurso normal das atividades das empresas da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa ("PECLD" ou impairment).

2.6 Estoques

Os estoques são demonstrados pelo custo médio das compras, inferior ao valor líquido de realização. O custo dos produtos acabados compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas comerciais variáveis aplicáveis.

2.7 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto de renda corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades da Companhia atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. As alíquotas desses impostos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.8 Imobilizado

Os bens do imobilizado são registrados ao custo e depreciados pelo método linear, considerando-se a estimativa da vida útil-econômica dos respectivos componentes.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Benfeitorias	25
Equipamentos eletrônicos	5
Equipamentos e instalações	14
Veículos	5
Móveis e utensílios	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas líquidas" na demonstração do resultado.

2.9 Intangível

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Esses ativos não são amortizados.

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento de softwares, sistemas ou portais (sites), que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software ou sistemas identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- . É tecnicamente viável concluir o software ou sistema para que ele esteja disponível para uso.
- . A administração pretende concluir o software ou sistema e usá-lo ou vendê-lo.
- . O software ou sistema pode ser vendido ou usado.
- . Pode-se demonstrar que é provável que o software ou sistema gerarão benefícios econômicos futuros.
- . Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software ou sistema.
- . O gasto atribuível ao software ou sistema durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software ou sistema, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software ou sistema.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares ou sistemas reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

2.10 Arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

2.11 Impairment de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda (impairment) ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Os principais ativos (imóveis, rotativas e intangíveis) foram avaliados e apresentaram valor contábil inferior ao valor de realização, portanto não requer nenhum tipo de ajuste.

2.12 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.13 Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. Nesse caso, a provisão é registrada sempre que uma estimativa confiável do valor possa ser computada.

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (a) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado; (b) passivos contingentes são provisionados na medida em que a Companhia espera desembolsar fluxos de caixa. Processos tributários e cíveis são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Processos trabalhistas são provisionados com base no percentual histórico de desembolsos; e (c) obrigações legais são registradas como passivos.

2.14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquido dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos.

2.15 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria - contribuição definida

As empresas da Companhia participam de plano de pensão, administrado por entidade fechada de previdência privada, que provê a seus empregados benefícios pós-emprego.

A Companhia tem planos de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual as empresas fazem contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

Para o plano de contribuição definida ("Oesprev"), as empresas pagam contribuições à entidade fechada de previdência privada, MultiPensions Bradesco - Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada, em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

(b) Obrigações de aposentadoria - benefício definido

Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando a tábua AT-2000. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

(c) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados. Essas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela administração e contabilizadas em contas de despesas com salários no resultado do exercício.

2.16 Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece a receita e os custos associados de vendas no momento em que os produtos são entregues aos clientes, quando os serviços são prestados ou quando os riscos e benefícios associados são transferidos. A receita é registrada pelo valor líquido de vendas (após deduções de impostos, descontos e devoluções).

A Companhia efetua operações de permutas de publicidade e sobre tais operações foi aplicado o conceito de valor justo para cada contrato, conforme requerido pelo CPC 30 - "Receitas", sendo que os efeitos resultantes foram contabilizados no resultado de cada período.

(a) Venda de produtos e serviços

O resultado é reconhecido pelo regime de competência. As receitas de vendas e de serviços e os correspondentes custos são registrados como segue: (i) a receita com publicidade é reconhecida quando da publicação de anúncios; (ii) a receita relacionada às vendas de jornais em bancas é reconhecida quando os jornais são vendidos aos leitores; (iii) a receita com assinaturas, referente a valores recebidos antecipadamente, é reconhecida de acordo com a entrega dos exemplares; e (iv) as demais vendas de produtos e de serviços são reconhecidas quando da entrega dos produtos ou da efetiva prestação dos serviços aos clientes.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização.

2.17 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em assembleia geral.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

3 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Impostos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos são substancialmente baseados em prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias entre os valores contábeis nas demonstrações contábeis e as correspondentes bases fiscais. Se a Companhia operar com prejuízo ou não for capaz de gerar lucro tributável futuro suficiente, ou se houver uma mudança material nas atuais taxas de imposto ou no período de tempo no qual as diferenças temporárias subjacentes se tornem tributáveis ou dedutíveis, seria necessário uma reversão de parte significativa do saldo de impostos diferidos ativo registrado, podendo resultar em um aumento na taxa efetiva desses impostos.

(b) Provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa

A provisão para redução ao valor recuperável destes créditos é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas em sua realização. A política contábil para estabelecer a provisão requer a análise individual das faturas de clientes inadimplentes em relação às medidas de cobrança adotadas por departamento responsável e, de acordo com o estágio da cobrança, é estimado um montante de provisão a ser constituída, que pode representar um percentual do título de acordo com o histórico ou a sua totalidade.

(c) Passivos contingentes

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

A Companhia gerencia seus recursos financeiros como fundamento para sua estratégia de crescimento e de um fluxo de caixa saudável. O objetivo é buscar a redução da volatilidade do fluxo de caixa por meio do gerenciamento de risco que orienta em relação à diversificação das transações, condições de mercado, taxa de juros e capacidade de liquidez. A gestão dos recursos financeiros e nível de endividamento é determinada por meio de norma interna que estabelece as estratégias de gerenciamento de riscos, de proteção do caixa e patrimonial.

A Companhia não tem a prática de efetuar operações especulativas que utilizam instrumentos derivativos. Os procedimentos de controles internos da Companhia proporcionam o acompanhamento de forma combinada dos resultados financeiros e dos impactos no fluxo de caixa. Os principais parâmetros utilizados para o gerenciamento da capacidade de liquidez e endividamento são: volatilidade do fluxo de caixa, preços praticados na venda de produtos e serviços e flutuações na taxa de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A maior parte das vendas da Companhia é denominada em reais e com parte dos seus custos e despesas também em reais. Entretanto, o custo do papel jornal é denominado em dólar norte-americano e em alguns casos em euro, causando uma variação cambial de moedas.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela administração. O Conselho de Administração estabelece limites para os níveis de endividamento e liquidez.

Políticas de utilização de instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui operações com instrumentos financeiros derivativos, sendo o valor do MtM irrelevante.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente com relação ao dólar norte-americano.

Apresentamos a seguir os saldos contábeis de ativos e passivos indexados às respectivas moedas na data de encerramento dos balanços patrimoniais:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativos em moeda estrangeira	774	164
Passivos em moeda estrangeira	15.208	9.753

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que a Companhia não possui ativos significativos em que incidam juros fixos, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

(iii) Risco do preço de commodities

Este risco está relacionado com a possibilidade de oscilação no preço do papel jornal, matéria-prima dos jornais, que são considerados commodities. Os preços flutuam em função da demanda, da capacidade produtiva, das estratégias comerciais dos grandes produtores florestais, dos produtores de papel e da disponibilidade de substitutos.

Este risco é abordado de distintas maneiras. A Companhia conta com equipe especializada, que efetua o monitoramento tempestivo do preço do papel jornal e analisa as tendências futuras, ajustando as projeções, de modo a auxiliar na tomada de medidas preventivas para enfrentar da melhor maneira possível os distintos cenários. Para essa commodity não existem operações derivativas de proteção disponíveis no mercado suficientes para mitigar o risco da totalidade das operações da Companhia.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos, Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia está sujeita ao risco de crédito com contrapartes, para as quais apresentamos os ratings divulgados ao mercado (Nota 7).

No caso do risco de crédito decorrente de exposições de crédito a clientes, a Companhia avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores e, adicionalmente, define limites individuais de crédito, os quais são regularmente monitorados. A Companhia reconhece provisão para perda do saldo a receber de clientes, sempre que necessário (Nota 8).

Nenhum cliente detém, isoladamente, mais de 10% do saldo total de contas a receber de qualquer uma das empresas incluídas nessas demonstrações contábeis.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é gerido pelo grupo de tesouraria. O grupo de tesouraria investe o excesso de caixa em contas-correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa passivos financeiros não derivativos a serem liquidados pela Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2018			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	44.199	34.256	32.831
Fornecedores e contas a pagar	44.644	-	-
	<u>88.843</u>	<u>34.256</u>	<u>32.831</u>
Em 31 de dezembro de 2017			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	29.656	24.337	47.227
Fornecedores e contas a pagar	39.081	-	-
	<u>68.737</u>	<u>24.337</u>	<u>47.227</u>

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores podem não ser conciliados diretamente com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, fornecedores e outras obrigações.

4.2 Demonstrativo da análise de sensibilidade

A tabela a seguir mostra a sensibilidade das principais dívidas e aplicações da Companhia.

S.A. "O Estado de S.Paulo"
 Notas explicativas da administração às demonstrações
 contábeis consolidadas
 Em 31 de dezembro de 2018
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Dívidas e aplicações	Cenário	Receita (despesa)	Patrimônio Líquido
Fornecedores	Redução de 1,93% na cotação do dólar em relação à Ptax de 31 de dezembro de 2018 - R\$ 3,8748 versus R\$ 3,8000	89	89
Financiamento de importação	Redução de 1,93% na cotação do dólar em relação à Ptax de 31 de dezembro de 2018 - R\$ 3,8748 versus R\$ 3,8000	104	104
Empréstimos e debêntures	Projeção do CDI de 6,43% comparado a 6,42% em 2018	(5)	(5)
Bancos	Redução de 1,93% na cotação do dólar em relação à Ptax de 31 de dezembro de 2018 - R\$ 3,8748 versus R\$ 3,8000	-	-
Aplicações financeiras	Projeção do CDI de 6,43% comparado a 6,42% em 2018	1	1
Total do impacto estimado		189	189

4.3 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, de forma a obter o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio ou capital de terceiros.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, que corresponde à dívida líquida dividida pelo EBITDA, e no índice de cobertura de dívidas, que corresponde ao EBITDA dividido pelo resultado financeiro líquido (receitas financeiras menos despesas financeiras).

A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos e arrendamento, subtraído o montante de caixa e equivalentes de caixa.

O cálculo do EBITDA compreende o lucro operacional antes da equivalência patrimonial, antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações.

Os índices em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 podem ser assim sumariados:

(a) Alavancagem financeira

	2018	2017
Empréstimos e financiamentos	94.702	81.270
Menos - caixa e equivalentes de caixa	(20.418)	(5.633)
Dívida líquida	74.284	75.637
EBITDA	13.396	(20.001)
Coeficiente de dívida líquida/EBITDA	5,55	(3,78)

S.A. "O Estado de S.Paulo"
 Notas explicativas da administração às demonstrações
 contábeis consolidadas
 Em 31 de dezembro de 2018
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Cobertura de dívida

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
EBITDA	13.396	(20.001)
Resultado financeiro líquido	<u>(10.884)</u>	<u>(11.279)</u>
Coeficiente de EBITDA/Resultado financeiro	<u>1,23</u>	<u>(1,77)</u>

5 Instrumentos financeiros por categoria

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativos, conforme balanço patrimonial		
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	20.418	5.633
Contas a receber	27.225	38.023
	<u>47.643</u>	<u>43.656</u>
Passivos, conforme balanço patrimonial		
Passivos financeiros ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	94.575	81.270
Fornecedores e contas a pagar	44.644	39.081
	<u>139.219</u>	<u>120.351</u>
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado		
Operações com derivativos	127	-
	<u>127</u>	<u>-</u>

6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa e bancos	13.873	4.358
Aplicações financeiras	6.545	1.275
	<u>20.418</u>	<u>5.633</u>

As aplicações financeiras possuem rendimento médio de 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e liquidez imediata.

7 Qualidade dos créditos dos ativos financeiros

Em relação à qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, como caixa e equivalentes de caixa, a Companhia considera o menor rating da contraparte divulgada pelas três principais agências internacionais de rating (Moody's, Fitch e S&P), conforme política interna de gerenciamento de riscos de mercado:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Conta-corrente e aplicações financeiras		
AAA (bra)	19.146	4.705
BB-	405	-
AA+	-	23
AA-	57	58
brAA+	783	
brAA-	-	823
Caixa	<u>27</u>	<u>24</u>
	<u>20.418</u>	<u>5.633</u>

8 Contas a receber

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Contas a receber de clientes	40.435	52.228
(-) Provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	<u>(13.210)</u>	<u>(14.205)</u>
Parcela circulante	<u>27.225</u>	<u>38.023</u>
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
A vencer	18.809	22.054
Até três meses vencidos	4.693	13.161
Acima de três meses vencidos	<u>16.933</u>	<u>17.013</u>
	<u>40.435</u>	<u>52.228</u>

As movimentações na provisão para perda de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Em 1º de janeiro	14.205	14.916
Provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(440)	3.342
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	(555)	(3.870)
Reestruturação societária	-	(183)
Em 31 de dezembro	<u>13.210</u>	<u>14.205</u>

S.A. "O Estado de S.Paulo"
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis consolidadas
Em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

São considerados integralmente na provisão os títulos com vencimento acima de 90 dias, para os vencimentos inferiores e a vencer utiliza-se o percentual de perda histórica. Para clientes órgãos públicos o prazo é de 180 dias e 210 para clientes no exterior.

9 Estoques

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Matérias-primas	14.149	4.934
Importação em trânsito	1.942	1.373
Outros materiais	363	481
	<u>16.454</u>	<u>6.788</u>

10 Impostos a recuperar

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
IRPJ e CSLL - antecipações	41	123
IRPJ e CSLL - retidos na fonte	4.998	5.055
PIS e COFINS	1.468	1.893
INSS	-	9.000
IPI e outros	1.574	1.601
	<u>8.081</u>	<u>17.672</u>
Parcela não circulante	<u>1.547</u>	<u>10.549</u>
Parcela circulante	<u>6.534</u>	<u>7.123</u>

11 Impostos diferidos

As empresas utilizam a sistemática do lucro real e calculam e registram seus impostos com base nas alíquotas efetivas vigentes na data da elaboração das demonstrações contábeis. Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de prejuízos fiscais, de base negativa da contribuição social e de diferenças temporárias referentes às provisões não dedutíveis até o momento da sua efetiva realização.

A realização dos impostos diferidos sobre diferenças temporárias depende da realização das provisões e de outras diferenças temporárias, sem período definido.

S.A. "O Estado de S.Paulo"
 Notas explicativas da administração às demonstrações
 contábeis consolidadas
 Em 31 de dezembro de 2018
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2018, as empresas OESP Mídia e Transportes S.A. e Rádio Eldorado Ltda. possuíam prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro, não registrados, que somados às diferenças temporárias, correspondiam a créditos tributários potenciais de R\$ 34.624 (2017 - R\$ 39.205). Esses créditos estão sendo controlados no Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR) de cada uma das empresas e não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis pelo fato dessas empresas não apresentarem histórico de lucro tributável como também perspectiva de realização.

(a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	2018	2017
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(14.516)	(48.313)
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal - 34%	4.935	16.426
Demonstrativo da origem da despesa de imposto de renda efetiva		
Efeito relativo aos juros sobre o capital próprio	(302)	-
Equivalência patrimonial	3.685	(1.439)
Diferenças permanentes	(2.239)	(1.324)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	<u>6.079</u>	<u>13.663</u>
Corrente	(2.087)	(1.045)
Diferido	<u>8.166</u>	<u>14.708</u>
	<u>6.079</u>	<u>13.663</u>
Taxa efetiva - %	<u>42</u>	<u>28</u>

(b) Composição dos saldos de impostos diferidos

	2018	2017
Prejuízos fiscais de imposto de renda	26.151	17.619
Bases negativas de contribuição social	15.354	12.270
Diferenças temporárias		
Provisão para contingências	8.318	8.051
Provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	5.252	5.457
Outras provisões temporárias	8.882	13.693
	<u>63.957</u>	<u>57.090</u>

S.A. "O Estado de S.Paulo"
 Notas explicativas da administração às demonstrações
 contábeis consolidadas
 Em 31 de dezembro de 2018
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Movimentação dos impostos diferidos	2018	2017
Em 1º de janeiro	57.090	46.968
Efeito nas variações:		
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	11.616	8.380
Variação diferenças temporárias	(4.749)	1.742
Em 31 de dezembro	63.957	57.090

A expectativa de realização dos créditos relativos ao prejuízo fiscal e à base negativa da contribuição social e às diferenças temporárias ocorrerá de acordo com o cronograma a seguir, baseado nas projeções da Administração de lucros tributáveis futuros:

Compensação	2018	2017
2019	134	120
2020	2.386	2.130
2021	5.379	4.800
2022	8.199	7.320
2023	11.563	10.320
Acima de 2023	36.296	32.400
	63.957	57.090

S.A. "O Estado de S.Paulo"

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Imobilizado

	Terrenos	Benfeitorias	Equipamentos Eletrônicos	Equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Imobilizado em operação	Obras em andamento (**)	Total do imobilizado
Saldos em 31 de dezembro de 2016	40	127	1.472	26.360	3.724	903	32.626	3.192	35.818
Aquisição	-	-	233	1.012	1.428	218	2.891	1.890	4.781
Baixas	-	-	(1)	(144)	(307)	-	(452)	-	(452)
Transferências (*)	-	-	-	3.065	-	-	3.065	(3.139)	(74)
Reestruturação societária	-	-	(48)	-	-	(20)	(68)	(6)	(74)
Depreciação	-	(63)	(577)	(5.824)	(1.171)	(173)	(7.808)	-	(7.808)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	40	64	1.079	24.469	3.674	928	30.254	1.937	32.191
Custo total	40	354	87.962	214.868	7.587	12.412	323.223	1.937	325.160
Depreciação acumulada	-	(290)	(86.883)	(190.399)	(3.913)	(11.484)	(292.969)	-	(292.969)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	40	64	1.079	24.469	3.674	928	30.254	1.937	32.191
Aquisição	-	623	511	1.371	4.905	22	7.432	1.085	8.517
Baixas	-	-	-	(10)	(2.750)	-	(2.760)	-	(2.760)
Transferências (*)	-	-	-	1.784	-	-	1.784	(1.939)	(155)
Depreciação	-	(73)	(469)	(5.900)	(1.192)	(175)	(7.809)	-	(7.809)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	40	614	1.121	21.714	4.637	775	28.901	1.083	29.984
Custo total	40	977	88.473	218.013	7.804	12.434	327.741	1.083	328.824
Depreciação acumulada	-	(363)	(87.352)	(196.299)	(3.167)	(11.659)	(298.840)	-	(298.840)
Valor residual	40	614	1.121	21.714	4.637	775	28.901	1.083	29.984

(*) Inclui transferências entre imobilizado e intangível.

(**) As Obras em andamento correspondem a projetos ainda em fase de execução.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, certos empréstimos e financiamentos estão garantidos por bens do ativo imobilizado.

S.A. "O Estado de S.Paulo"

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Intangível

	Marcas, patentes e outros	Softwares	Desenvolvimento e implementação de sistemas	Desenvolvimento e implementação de portais (sites)	Total do intangível
Saldos em 31 de dezembro de 2016	653	866	19.289	5.315	26.123
Aquisição	-	-	84	-	84
Transferências (*)	-	-	74	-	74
Amortização	-	(184)	(4.984)	(2.070)	(7.238)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	653	682	14.463	3.245	19.043
Custo total	653	4.583	46.295	20.954	72.485
Amortização acumulada	-	(3.901)	(31.832)	(17.709)	(53.442)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	653	682	14.463	3.245	19.043
Aquisição	-	1	213	348	562
Transferências (*)	-	-	57	98	155
Amortização	-	(143)	(4.439)	(1.569)	(6.151)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	653	540	10.294	2.122	13.609
Custo total	653	4.584	46.565	21.400	73.202
Amortização acumulada	-	(4.044)	(36.271)	(19.278)	(59.593)
Valor residual	653	540	10.294	2.122	13.609

(*) Transferências do ativo imobilizado para o intangível.

S.A. "O Estado de S.Paulo"
 Notas explicativas da administração às demonstrações
 contábeis consolidadas
 Em 31 de dezembro de 2018
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Empréstimos e financiamentos

(a) Composição

	Indexador	Taxa de juros ao ano - %	2018	2017
Exterior				
Financiamento de importação	US\$	3,1 a 5,9	8.199	4.697
Nacionais				
Financiamento de importação		0,78 a 0,83 (*)	2.915	-
FINEP	TJLP	5 + equalização	9.916	14.948
Capital de giro	CDI	3,3	5.291	5.270
			<u>18.122</u>	<u>20.218</u>
			<u>26.321</u>	<u>24.915</u>
Circulante			<u>17.040</u>	<u>10.147</u>
Não Circulante			<u>9.281</u>	<u>14.768</u>

(*) a.m.

A seguir, apresentamos o escalonamento dos vencimentos da parcela não circulante da dívida em 31 de dezembro de 2018:

Vencimento das parcelas do não circulante	2018		2017	
	Em moeda nacional	Percentual	Em moeda nacional	Percentual
2019	-	-	5.627	38
2020	9.281	100	9.141	62
	<u>9.281</u>	<u>100</u>	<u>14.768</u>	<u>100</u>

(b) Movimentação

	2018	2017
Saldo no início do exercício	24.915	29.548
Captação	16.839	9.829
Amortização	(18.491)	(16.993)
Juros e variações monetárias e cambiais	3.058	2.531
Saldo no fim do exercício	<u>26.321</u>	<u>24.915</u>

15 Debêntures

	2018	2017
Em 1º de janeiro	56.355	56.328
Captação	68.643	-
Amortização	(64.037)	(8.307)
Juros	7.420	8.334
	<u>68.381</u>	<u>56.355</u>
Circulante	<u>19.812</u>	<u>12.768</u>
Não circulante	<u>48.569</u>	<u>43.587</u>

A seguir, apresentamos o escalonamento dos vencimentos da parcela não circulante da dívida em 31 de dezembro:

Vencimento das parcelas do não circulante	2018		2017	
	Em moeda nacional	Percentual	Em moeda nacional	Percentual
2019	-	-	12.452	29
2020	19.428	40	12.452	29
2021	19.428	40	12.452	29
2022	9.713	20	6.231	13
	<u>48.569</u>	<u>100</u>	<u>43.587</u>	<u>100</u>

(a) Terceira emissão de debêntures

Em dezembro de 2011, a S.A. "O Estado de S.Paulo", na qualidade de emissora, e o Banco Bradesco BBI S.A., como banco mandatário e instituição depositária, celebraram, via instrumento particular de escritura, a terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional real e fidejussória, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação. A operação totalizou R\$ 150.000, em uma série única.

As debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros (DI) calculados e divulgados pela CETIP (taxa DI), acrescidos de juros de 2,98% ao ano até junho de 2014 e posterior juros de 2,2% ao ano, calculados pro rata temporis desde a data de emissão até a data do vencimento (base 252 dias úteis), que se estende até o mês de junho de 2017. Em 2016, houve aditamento ao contrato em que alterou o fluxo de pagamento das amortizações e juros, com vencimento final para junho de 2022, elevou a remuneração de 2,2% ao ano, para 4,11% ao ano, constituiu nova garantidora a OESP Empreendimentos e Participações S.A, e estabeleceu novas necessidades de cumprimento de certos índices financeiros (covenants).

S.A. "O Estado de S.Paulo"

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em janeiro de 2018, a S.A. "O Estado de S. Paulo" realizou a 4ª (quarta) emissão de debêntures no valor de R\$ 69.600, destinada à quitação antecipada da 3ª (terceira) emissão e ao reforço de seu capital de giro.

(b) Garantias - Quarta emissão

OESP Mídia e Transportes S.A. e Agência Estado S.A., na qualidade de intervenientes garantidoras da liquidação das debêntures, obrigam-se solidariamente como fiadoras e principais pagadoras pelo pagamento do valor garantido.

Hipoteca - a S.A. "O Estado de S.Paulo" constitui uma hipoteca em favor dos debenturistas, representados pelo agente fiduciário, sobre imóveis da Oesp Empreendimentos e Participações S.A., localizados na Avenida Professor Celestino Bourroul, 100 e na Avenida Engenheiro Caetano Álvares, 55.

A Companhia atendeu a todas as condições estabelecidas nas cláusulas contratuais de empréstimos e financiamentos.

16 Fornecedores

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fornecedores nacionais	35.074	31.994
Fornecedores estrangeiros	7.009	5.056
	<u>42.083</u>	<u>37.050</u>

17 Obrigações trabalhistas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
INSS a recolher	1.670	1.600
FGTS a recolher	994	997
Provisão de férias e encargos	13.595	12.439
IRRF	2.492	2.438
Outras obrigações trabalhistas	2.218	4.493
	<u>20.969</u>	<u>21.967</u>

S.A. "O Estado de S.Paulo"

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Programa de parcelamento fiscal

Segue abaixo a movimentação de parcelamento fiscal dos dois últimos exercícios.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Em 1º de janeiro	188	373
Atualização monetária	12	(126)
Pagamentos efetuados	<u>(62)</u>	<u>(59)</u>
Em 31 de dezembro	<u>138</u>	<u>188</u>
Circulante	<u>61</u>	<u>61</u>
Não circulante	<u>77</u>	<u>127</u>

19 Partes relacionadas

As despesas de partes relacionadas referem-se principalmente à venda de anúncios, a prestações de serviços e remessas de numerário.

	<u>Natureza</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativo circulante			
Agência Estado S.A.	Prestação de serviços e remessa de numerário	1.463	1.818
Estadão Ventures S.A.	Prestação de serviços	14	-
"Seu Dinheiro"	Prestação de serviços	20	-
		<u>1.497</u>	<u>1.818</u>
Passivo circulante			
Agência Estado S.A.	Prestação de serviços e remessa de numerário	<u>29.299</u>	<u>29.279</u>
		<u>29.299</u>	<u>29.279</u>

Remuneração do pessoal-chave da administração

As despesas com remuneração dos executivos e administradores da Companhia totalizaram R\$ 2.213 em 2018 (2017 - R\$ 2.703).

Os benefícios de curto prazo incluem remuneração fixa (salários e honorários, férias e 13º salário), encargos sociais (contribuições para a seguridade social (INSS), Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)) no programa de remunerações variáveis. Os benefícios pós-emprego estão relacionados com a previdência privada (contribuição definida - Nota 23). A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios, como licença por tempo de serviço.

S.A. "O Estado de S.Paulo"

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As provisões para as eventuais perdas consideradas prováveis decorrentes de passivos contingentes são estimadas e atualizadas pela administração, amparadas na opinião de seus consultores legais. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo divulgados nas notas explicativas. Os passivos contingentes classificados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

(a) Contingências prováveis

Nos casos em que a perda é considerada provável pelos assessores legais, a provisão é estabelecida de acordo com os valores atualizados e são assim demonstradas:

	2018			2017		
	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Passivo Líquido	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Passivo Líquido
Tributários	-	-	-	-	-	-
Cíveis e lei de imprensa	(3.139)	6.437	3.298	(3.285)	8.366	5.081
Trabalhistas	(8.009)	24.951	16.942	(12.948)	21.139	8.191
	<u>(11.148)</u>	<u>31.388</u>	<u>20.240</u>	<u>(16.233)</u>	<u>29.505</u>	<u>13.272</u>
Parcela circulante	<u>(10.689)</u>	<u>20.061</u>	<u>9.372</u>	<u>(14.091)</u>	<u>25.011</u>	<u>10.920</u>
Parcela não circulante	<u>(459)</u>	<u>11.327</u>	<u>10.868</u>	<u>(2.142)</u>	<u>4.494</u>	<u>2.352</u>

Os depósitos judiciais aqui apresentados referem-se aos processos que possuem provisão constituída. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo total de depósito judicial atualizado é de R\$ 38.355 (2017 - R\$ 39.902).

S.A. "O Estado de S.Paulo"

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação da provisão para contingências

As movimentações são demonstradas a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Tributários		
Em 1º de janeiro	-	156
Baixas, líquidas	<u>-</u>	<u>(156)</u>
Em 31 de dezembro	<u>-</u>	<u>-</u>
Cíveis e lei de imprensa		
Em 1º de janeiro	8.366	7.932
Baixas, líquidas	<u>(1.929)</u>	<u>434</u>
Em 31 de dezembro	<u>6.437</u>	<u>8.366</u>
Trabalhistas		
Em 1º de janeiro	21.139	17.579
Adições	<u>3.812</u>	<u>3.560</u>
Em 31 de dezembro	<u>24.951</u>	<u>21.139</u>

As principais movimentações ocorridas são as seguintes:

(i) Contingências cíveis e lei de imprensa

Representam, principalmente, ações que pleiteiam verbas indenizatórias por suposto dano moral e/ou material.

(ii) Contingências trabalhistas

Envolvem diversas reclamações trabalhistas, principalmente referentes a diferenças salariais e horas extras, responsabilidade subsidiária e outras. O montante registrado como provisão, considerado de perda provável, foi calculado com base no percentual histórico de perdas nos últimos 60 meses.

(c) Perdas possíveis - não provisionadas no balanço

Há processos cíveis e fiscais, cujos valores mensuráveis montam R\$ 137.530 em 31 de dezembro de 2018 (2017 - R\$ 149.714), e para as quais os consultores jurídicos estimam êxito possível.

S.A. "O Estado de S.Paulo"

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os principais valores, envolvidos no montante do consolidado, referem-se a:

- . A Receita Federal não localizou pagamentos informados na DCTF e gerou auto de infração. Os DARFS não localizados pela fiscalização estavam devidamente recolhidos e localizados pela empresa, a qual retificou a DCTF e apresentou impugnação - R\$ 33.553;
- . Processos cíveis referentes a terceirização x franquizados - R\$ 29.148;
- . Não recolhimento de ICMS, no período de agosto a dezembro de 2003, considerado como operações não tributadas na Radio Eldorado - R\$ 6.170 ;
- . Processo cível de indenização por danos morais, decorrentes de matérias veiculadas nos jornais O Estado de S.Paulo e Jornal da Tarde - R\$ 1.977;
- . ISSQN não recolhido no prazo regulamentar (serviços considerados indevidamente como imunes) - R\$ 3.891;

(d) Depósitos judiciais

São compostos por depósitos para recursos classificados no ativo e referem-se, substancialmente, a causas trabalhistas e de lei de imprensa, que foram depositados judicialmente e consideradas de perda possível ou remota e sobre as quais não foram constituídas provisões.

21 Adiantamento de clientes

Os adiantamentos de clientes no montante de R\$ 22.895 em 2018 (2017 - R\$ 35.665), referem-se aos recebimentos de assinaturas, cujos exemplares ainda não foram entregues, e contratos antecipados de publicidade.

22 Patrimônio líquido

Capital Social

O capital social da Companhia é composto de 706.776 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

S.A. "O Estado de S.Paulo"

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Benefício pós-emprego

(a) Contribuição definida

A Companhia, como copatrocinador do plano de contribuição definida de aposentadoria, contribuiu R\$ 56 em 2018 (2017- R\$ 244).

(b) Benefício definido

A Companhia concede planos de aposentadoria de benefício definido e em alguns casos oferece também assistência médica. Os custos dos benefícios de aposentadoria e de outros benefícios desses planos concedidos a funcionários e acionistas são determinados pelo método de benefício projetado pro rata sobre o serviço e também considerando as melhores expectativas da administração sobre tendências de custo e idade dos participantes.

Os saldos no balanço patrimonial são os seguintes:

Valor presente das obrigações pós-emprego	2018	2017
Acionistas	8.638	11.666
Ex-empregados	6.574	6.524
Total	15.212	18.190
(-) Parcela do circulante	1.174	2.313
Parcela não circulante	14.038	15.877

O valor das obrigações é calculado por atuários independentes com base na tábua AT-2000 básica e considera a taxa de desconto de 9,47% a.a. e taxa de inflação de 4,25% a.a.

	2018	2017
Despesas reconhecidas na demonstração de resultado com benefícios de planos de pensão	1.579	2.249
Remensurações atuariais reconhecidas no resultado abrangente, sem considerar efeitos tributários	(1.559)	(2.380)
Efeito tributário	533	817
Ganho atuarial, líquido de imposto	(1.026)	(1.563)
Remensurações atuariais acumuladas reconhecidas no resultado abrangente	672	(354)

S.A. "O Estado de S.Paulo"

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia opera planos de pensão de benefício definido no Brasil com base no salário do funcionário aposentado.

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Em 1º de janeiro	18.190	21.879
Custo financeiro	1.579	2.249
Remensurações atuariais	(1.559)	(2.380)
Benefícios pagos	<u>(2.998)</u>	<u>(3.558)</u>
Em 31 de dezembro	<u>15.212</u>	<u>18.190</u>

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são apenas de perda financeira líquida.

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	<u>Percentual</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Taxa de desconto	9,47	11,28
Taxa de inflação	4,25	4,85
Aumentos salariais futuros	4,25	4,85
Aumentos de planos de pensão futuros	4,25	4,85

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em opinião de atuários, de acordo com as estatísticas publicadas e a experiência em cada território. As premissas de mortalidade baseiam-se na tábua de mortalidade pós-aposentadoria AT 2000 Básica.

A análise de sensibilidade da obrigação de benefício definido às mudanças nas principais premissas ponderadas é a seguinte:

Impacto na obrigação de benefício definido

	<u>Mudança na premissa</u>	<u>Aumento na premissa</u>	<u>Redução na premissa</u>
Taxa de desconto	1%	(678)	748
Expectativa de vida	1 ano		

S.A. "O Estado de S.Paulo"

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As análises de sensibilidade acima se baseiam em uma mudança na premissa enquanto são mantidas constantes todas as outras premissas. Na prática, não é provável que isso ocorra, sendo que as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas. No cálculo da sensibilidade da obrigação de benefício definido em relação às premissas atuariais significativas o mesmo método (valor presente da obrigação de benefício definido calculado com base no método da unidade de crédito projetada na data do balanço) foi aplicado, como no cálculo da obrigação dos planos de pensão reconhecida no balanço patrimonial.

Os métodos e tipos de premissas usados na preparação da análise de sensibilidade não sofreram alteração na comparação com o período anterior.

Em decorrência de seus planos de pensão de benefício definido, a Companhia está exposta a uma série de riscos, sendo que os mais significativos deles estão detalhados abaixo:

- (i) Risco de inflação - Algumas obrigações dos planos de pensão da Companhia são vinculadas à inflação, sendo que uma inflação maior levará a um maior nível de obrigações (embora, em muitos casos, existam limites ao nível de reajustes inflacionários permitidos para proteger o plano contra taxas extremas de inflação).
- (ii) Expectativa de vida - A maior parte das obrigações dos planos consistem na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos.

A duração média ponderada da obrigação de benefício definido é de 5,19 anos.

Análise dos vencimentos futuros esperados de benefícios não descontados de planos de pensão e benefícios de saúde pós-emprego:

	Menos de 1 ano	Entre 1-2 anos	Entre 2-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2018					
Benefícios de aposentadoria	2.418	2.317	6.222	7.507	18.464

24 Receita operacional líquida

	2018	2017
Receita bruta		
Vendas e prestações de serviços	446.161	456.226
Deduções de vendas	(67.993)	(74.873)
Receita operacional líquida	378.168	381.353

S.A. "O Estado de S.Paulo"
 Notas explicativas da administração às demonstrações
 contábeis consolidadas
 Em 31 de dezembro de 2018
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25 Custos e despesas por natureza

	2018					2017				
	Custos	Vendas	Administrativas	Outras	Total	Custos	Vendas	Administrativas	Outras	Total
Matéria-prima	(51.254)	(29)	13	-	(51.270)	(46.777)	(375)	3	-	(47.149)
Despesas com pessoal	(77.336)	(37.282)	(28.907)	(678)	(144.203)	(76.284)	(45.934)	(27.895)	(274)	(150.387)
Serviços de terceiros	(27.354)	(15.590)	(9.445)	-	(52.389)	(25.847)	(18.856)	(14.353)	-	(59.056)
Despesas assistenciais	(1.553)	(1.370)	951	-	(1.972)	(1.537)	(1.392)	(2.184)	-	(5.113)
Promoção e propaganda	(1)	(19.565)	(495)	-	(20.061)	(53)	(17.388)	(257)	-	(17.698)
Promoção e propaganda - permuta	-	(4.173)	-	-	(4.173)	-	(6.350)	-	-	(6.350)
Depreciações e amortizações	(5.143)	(6.969)	(1.848)	-	(13.960)	(5.375)	(7.796)	(1.875)	-	(15.046)
Fretes e carretos	(21)	(43.948)	(9)	-	(43.978)	(34)	(46.323)	(3)	-	(46.360)
Despesas com comissões e bonificações	-	(7.748)	(39)	-	(7.787)	(15)	(9.337)	(105)	-	(9.457)
Locação de veículos	(1.683)	(169)	(20)	-	(1.872)	(1.915)	(234)	(18)	-	(2.167)
Aluguéis de edifícios, máquinas e equipamentos	(3.159)	(214)	(187)	-	(3.560)	(5.022)	(208)	(182)	-	(5.412)
Viagens	(2.883)	(946)	(262)	-	(4.091)	(1.688)	(953)	(274)	-	(2.915)
Comunicações	(810)	(976)	(346)	-	(2.132)	(860)	(1.020)	(647)	-	(2.527)
Hardware e software	(618)	(1.634)	(2.004)	-	(4.256)	(623)	(3.636)	(859)	-	(5.118)
Despesas com utilidades (água, luz e gás)	(619)	(7)	(4.261)	-	(4.887)	(651)	(6)	(4.845)	-	(5.502)
Materiais	(431)	(386)	(423)	-	(1.240)	(435)	(344)	(459)	-	(1.238)
Receitas extraordinárias	-	-	-	3.351	3.351	-	-	-	3.475	3.475
Outras despesas e receitas	(10.702)	(8.690)	(2.708)	357	(21.743)	(13.597)	(15.002)	(5.645)	(3.134)	(37.378)
Outras despesas - permuta	(115)	(444)	(51)	-	(610)	(193)	(224)	(1)	-	(418)
	<u>(183.682)</u>	<u>(150.140)</u>	<u>(50.041)</u>	<u>3.030</u>	<u>(380.833)</u>	<u>(180.906)</u>	<u>(175.378)</u>	<u>(59.599)</u>	<u>67</u>	<u>(415.816)</u>

26 Resultado financeiro líquido

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas financeiras		
Receita com aplicações financeiras	462	1.822
Outras receitas financeiras	<u>4.369</u>	<u>2.177</u>
	<u>4.831</u>	<u>3.999</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(9.095)	(10.468)
Outras despesas financeiras	<u>(6.620)</u>	<u>(4.810)</u>
	<u>(15.715)</u>	<u>(15.278)</u>
Variações cambiais e monetárias		
Variação cambial e monetária sobre outros ativos e passivos	<u>(967)</u>	<u>(2.571)</u>
	<u>(967)</u>	<u>(2.571)</u>
	<u>(11.851)</u>	<u>(13.850)</u>

27 Cobertura de seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros em 2018 no montante de R\$ 486.474 (2017 - R\$ 430.323), considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou suas responsabilidades.

* * *